

Alternativas e impactos à reforma

Assembleia inicia discussões sobre fim do financiamento privado de campanhas políticas

AMILTON BELMONTE

Porto Alegre – Formular uma proposta do Parlamento gaúcho à Reforma Política. Foco de audiências públicas que acontecerão até março do ano que vem e que tiveram, nesta terça-feira, o início das discussões na Comissão Especial da Reforma Política, da Assembleia Legislativa. Presidida pelo deputado estadual Tarcísio Zimmermann (PT), também à frente da Comissão, a audiência debateu o fim do financiamento privado para campanhas e avanços da reforma, que tem seu texto-base tramitando em Brasília.

“A partir de agora a ten-

dência é que quem está no governo seja favorecido, pois estará em contato direto com a comunidade, facilitando sua condição de candidato e fragilizando quem é oposição”, opinou Zimmermann, ao observar, contudo, que o fim do financiamento privado “cessa o predomínio do poder econômico sobre a vontade da cidadania”. Quanto à manutenção de caixa 2 para as campanhas, disse que a prática poderá continuar, mas com maiores dificuldades. “O sujeito diluir o caixa 2 em campanha cara é uma coisa, outra é diluir em campanha com pouco dinheiro oficial”, citou.



AUDIÊNCIAS: iniciadas ontem prolongam-se até março

SEM CONSENSO

“Teremos campanhas menos caras, com uso de instrumentos mais diretos e o candidato tendo que ir para o corpo a corpo”, assinalou o petista. Sobre a proposta final das audiências, esclareceu. “Consenso não haverá, mas podemos chegar a um termo médio, de partidos e movimentos sociais. E acredito que a crise política estimulará o debate da reforma política”, afirmou,

lembrando que o Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro último, derrubou o financiamento eleitoral de campanha já a partir do pleito do próximo ano. Também participaram como convidados da audiência o deputado federal Henrique Fontana (PT), a Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados Ana Backes e o promotor de Justiça Rodrigo Roberto Lopes Zílio.

Deputados devem votar hoje RPVs

Porto Alegre – O polêmico projeto de lei que reduz o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPV's) de 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para sete (R\$ 5,5 mil) tem uma terça-feira decisiva na Assembleia Legislativa. A matéria trancou a pauta e deverá ser a primeira a ser apreciada na sessão. De um lado, governistas defendem a medida justificando que mais de R\$ 900 milhões precisarão ser desembolsados este ano caso não haja a aprovação do texto, de autoria do Executivo. Desemboço que desequilibraria o já minguado caixa estadual. Do outro, a oposição e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Juizes do RS e Cpers, que definem a proposição como “calote” e pedem a

retirada do projeto, também considerado institucional. A alta voltagem do tema já fez a base aliada do governo retirar o quórum nas duas últimas sessões, temendo derrota. O certo é que emendas ao texto original serão apresentadas por deputados da própria base aliada, como o PDT, numa tentativa de aprovar a matéria. Em 2014 o governo usou 4,5% da sua Receita Corrente Líquida com o pagamento de obrigações judiciais, precatórios e RPV's, o que representou mais do que a média anual dos investimentos no período 2008/2014. No pagamento dos precatórios é aplicado o percentual constitucional de 1,5% da RCL, mas para as RPVs não há limitação em relação à capacidade do caixa, apenas para o valor do crédito.

Para quem já tem processo

Líder da bancada do PDT, o deputado estadual Eduardo Loureiro apresentou emenda preservando o valor atual para quem já tem processo julgado. Segundo ele, contempla mais da metade das ações ajuizadas contra o Estado, autarquias e fundações. “É uma questão de justiça para quem já está com o processo finalizado e aguarda na fila para receber”, defende.



Cesuca
FACULDADE INEDI

**INSCRIÇÕES
ABERTAS**

PROVA DIA 29/11



**PENSAR NO
FUTURO
AGIR NO
AGORA**



3396.1000

WWW.CESUCA.EDU.BR